

# **“INCLUSÃO E DIFERENÇA”: o que nos diz a dupla/tema?**

## **"Inclusion and Difference": what does the double/theme tell us?**

**Geórgia de Souza Tavares<sup>1</sup>**  
**Lêda Valéria Alves da Silva<sup>2</sup>**  
**Marcos Allan da Silva Linhares<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará/Universidade Federal do Piauí  
georgiatavares@ufpi.edu.br

<sup>2</sup>Universidade Federal do Pará

### **Resumo**

Nas discussões atuais sobre ‘Inclusão e Diferença’, o imperativo é que não há separação. Somos todos iguais e, como iguais temos direito de conviver juntos no sistema educacional. Mas, será que entendemos direito o que é inclusão? Nós somos iguais em quê? Diferentes em quê? Que espaço é esse que devemos incluir os diferentes? Considerando que a escolha dos eixos temáticos de um evento traduz o pensamento vigente, o trabalho tem por objetivo entender por quais movimentos a temática de pesquisa “Inclusão e Diferença” passou desde o primeiro Encontro Nacional de Ensino de Biologia, observando quais as abordagens mais recorrentes e suas modificações ao longo do tempo em outras edições do evento, possibilitando uma reflexão epistemológica sobre os conceitos de diversidade e inclusão e sua relação com a Educação em Ciências e Biologia.

**Palavras chave:** igualdade; diferente; norma; ENEBIO's

### **Abstract**

In the current discussions on 'Inclusion and Difference', the imperative is that there is no separation. We are all equal and as equals we have the right to live together in the educational system. But do we properly understand what inclusion is? We are the same in what? Different in what? What space should we include the different? Considering that the choice of the thematic axes of an event reflects the current thinking, the article aims to understand by which movements the research topic "Inclusion and Difference" has passed since the first National Congress of Teaching of Biology, observing which are the most recurrent approaches and its modifications over time in other editions of the event, making possible an epistemological reflection on the concepts of diversity and inclusion and its relation with Education in Science and Biology.

**Key words:** equality; different; standard; ENEBIO's

## Introdução

O sistema educacional conta com mais uma demanda. A Educação Inclusiva ganha forças e faz-se presente em documentos legais, disciplinas nos cursos de formação, como Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estruturação de prédios, entre outros. São ações que visam superar a oposição entre o que costumava-se separar em ‘Educação Regular’ e ‘Educação Especial’. É que dito assim, parece que a Educação Especial não acontece regularmente, atendendo às demandas de um currículo. A linha é tênue, as nomenclaturas não param de ser problematizadas e ainda estamos longe de certezas, mesmo que provisórias.

Temos três formas de estruturação do sistema de ensino ‘especial’: em espaços distintos, com o foco no tratamento da deficiência; em escolas ‘regulares’, mas com atendimento diferenciado em contra-turno; participação integral das atividades nas escolas ‘regulares’, com o foco nas questões pedagógicas. No início as instituições de ensino são voltadas para a primeira forma apresentada, com instituições específicas para sujeitos com necessidades especiais. Hoje vemos a tentativa governamental de não fazer distinções entre os alunos. Mas, como não estamos livres das contradições, a todo instante nos documentos oficiais se demarcam três sujeitos para os quais se necessita pensar a inclusão: estudantes com deficiência; transtornos globais do desenvolvimento; altas habilidades/superdotados (BRASIL, 2008).

Na legislação começa a aparecer já na primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 4.024, de 20 de Dezembro de 1961, quando aponta o direito dos ‘excepcionais’ à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Espaços institucionais específicos aparecem em 1973, com a criação, no Ministério da Educação e Cultura, do Centro Nacional de Educação Especial (BEZERRA; ARAÚJO, 2014). Os autores contam algumas modificações por quais passaram os órgãos legais; fazem uma análise crítica-dialética do que acontece hoje no sistema educacional e mostram para quais lados as políticas públicas vão pendendo, a depender dos interesses do governo vigente. O imperativo de hoje é que não há separação. Somos todos iguais e, como iguais, temos direito de conviver juntos no sistema educacional.

## Os Diferentes e a Diferença

Estamos falando de indivíduos e de uma população que tem suas características estabelecidas a partir da definição de normas. Por quem? Pra quê? Será que entendemos direito o que é inclusão? Falamos que somos todos iguais, que devemos respeitar nossas diferenças... Mas nós somos iguais em quê? Diferentes em quê? Que espaço é esse que devemos incluir os diferentes? E nós, somos diferentes? Se sim, estamos incluídos? Muitos questionamentos nos vêm quando tentamos problematizar os ditos, palavras que, por exaustiva repetição, podem acabar por se tornar jargões esvaziados.

Há tempos a biologia vem buscando maneiras para classificar e organizar os seres vivos em categorias que melhor lhe cabem. Seja por características morfológicas, fisiológicas ou comportamentais, cientistas e biólogos buscam agrupar todas as formas de vida em lugares em que possam compartilhar semelhanças e afinidades. Assumindo essa perspectiva, acreditamos que ao mesmo tempo em que inclui em uma categoria aqueles indivíduos semelhantes entre si, também exclui os que não se enquadram nesse padrão. Estabelecendo normas e regras que buscam definir o que ‘pode’ ser incluído e o que ‘merece’ ser excluído.

Nesse sentido, concordamos com Veiga-Neto (2001, p.26) quando ele diz que a inclusão é o primeiro passo para um processo de ordenamento que define uma diáde entre o que é o

‘normal’ e o que é o ‘anormal’; a normalidade então seria para o autor “*o mesmo, o próprio do mesmo*” e o anormal seria o outro, que agora é um estranho, sempre numa relação assimétrica e definindo uma norma entre si. É o próprio Veiga-Neto que discute como a norma está tão presente nessas relações, definindo e ‘ditando’ regras para o normal e o anormal. Segundo o autor,

a norma, ao mesmo tempo em que permite tirar, da exterioridade selvagem, os perigosos, os desconhecidos, os bizarros capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis, ela permite enquadrá-los a uma distância segura a ponto que eles não se incorporem ao mesmo. Isso significa dizer que, ao fazer de um desconhecido um conhecido anormal, a norma faz desse anormal mais um caso seu. Dessa forma, também o anormal está na norma, está sob a norma, ao seu abrigo. [...] É também isso que faz dela um operador tão central para o governo dos outros; ninguém escapa dela (VEIGA-NETO, 2001, p.29).

É seguindo esse pensamento que, mesmo buscando uma linha inclusiva na educação que atenda de forma igualitária todos os públicos, muitas escolas vêm na contramão do que almejam. Limitando seu potencial pedagógico e realizando uma separação dos que podem ou não estudar. A escola, como uma das instituições que fomentam fortemente o poder da norma disciplinar e de regulação da população no meio social, tem sido um local de apontar normalidades e diagnosticar anormalidades (ROSA; GARRÉ, 2017).

É a partir dessas normalizações que vão sendo criados lugares ditos ‘normais’ e que criam, cada um a sua maneira, espaços inclusivos que buscam atender as suas respectivas demandas e necessidades. Assim, pensamos com Granata e colaboradores (2017, p.13) que há uma “diversidade de maneiras de trabalhar e entender a inclusão, não somente na escola, mas em outros espaços como os hospitais, os ambientes de trabalho, os espaços públicos e etc.,” e dessa maneira, em consequência, percebemos que determinados aspectos e olhares recebem mais foco do que outros, trazendo consigo discussões e ocupando lugares de destaques específicos.

Considerando que a escolha dos eixos temáticos de um evento traduz o pensamento vigente, nos chamou atenção que um eixo específico de Inclusão só apareça nos Encontros Nacionais de Ensino de Biologia em sua sexta versão, no ano de 2016. Sabendo da importância e abrangência deste evento, o trabalho tem por objetivo entender por quais movimentos a temática de pesquisa “Inclusão e Diferença” passou desde o primeiro Encontro Nacional de Ensino de Biologia – ENEBIO, observando quais as abordagens mais recorrentes e suas modificações ao longo do tempo em outras edições do evento, possibilitando uma reflexão epistemológica sobre os conceitos de diversidade e inclusão e sua relação com a Educação em Ciências.

## Metodologia

Tomamos a descrição do eixo temático do último Encontro Nacional de Ensino de Biologia, realizado no ano de 2018, como balizador para a análise.

- Eixo: *Ensino de Ciências/Biologia: Inclusão e Diferença* – Política e práticas de ensino de Ciências/Biologia para pessoas com necessidades educacionais específicas, relações de gênero, raça, etnia, religião, classe; educação do campo, indígena, quilombola e de outros grupos sociais; desenvolvimento de materiais e práticas pedagógicas para trabalhar a temática em quaisquer níveis de ensino.

Realizamos a leitura integral dos títulos dos trabalhos enviados para as seis últimas edições do evento. Para os que não deixavam claro no título, víamos os resumos para saber se poderiam

ser enquadrados nos assuntos da pesquisa. Apesar da sexta edição contar com quatro eixos específicos (Ensino de Ciências e Biologia e Educação Especial; Ensino de Ciências e Biologia e Educação do Campo; Ensino de Ciências e Biologia e Educação Indígena; Ensino de Ciências e Biologia e relações étnico raciais), optamos pela mesma metodologia de leitura de todos os títulos, pois alguns assuntos não estão contemplados com eixos específicos, como “Gênero”, por exemplo.

Só foram considerados os trabalhos que falam sobre sexualidade pelo viés das discussões sobre gênero, não contabilizamos os que focam em orientação, educação sexual e seus desdobramentos biológicos.

## Resultados e discussão

A análise dos títulos dos eventos mostrou que a temática encontra-se em crescimento. De três trabalhos aprovados em 2005, no primeiro evento nacional, saltamos para oitenta e um, em 2018, como podemos ver na tabela 01.

Edição do evento	Total de trabalhos apresentados	Trabalhos sobre Inclusão e Diferença	%
I ENEBIO (Rio de Janeiro – 2005)	282	3	1,06%
II ENEBIO (Uberlândia – 2007)	215	6	2,79%
III ENEBIO (Fortaleza – 2010)	415	9	2,17%
IV ENEBIO (Goiânia – 2012)	331	10	3,02%
V ENEBIO (São Paulo – 2014)	568	34	5,98%
VI ENEBIO (Maringá – 2016)	700	50 (4 eixos)	7,14%
VII ENEBIO (Belém – 2018)*	770	70	9,09%

Tabela 01: Lista de todos os ENEBIO's. As linhas em destaque são dos eventos que contam com um ou mais eixos específicos para trabalhos sobre inclusão e diferença.

Consideramos importante separar as sub-temáticas, para que possamos construir uma análise mais abrangente (Tabela 02). Olhando para cada assunto, vemos que os trabalhos se concentram na discussão sobre as necessidades especiais, gênero e raça/etnia. O primeiro item reverbera a onda provocada a partir do ano de 2008. Uma série de decretos, resoluções e leis foram implementados para assegurar a educação inclusiva nas escolas, nos moldes apresentados na introdução. No ano de 2010, com a promulgação da Lei nº 12.288, do Estatuto da Igualdade Racial, institucionaliza-se a tentativa de garantir os direitos das 'minorias'. Sobre a educação no campo, o projeto governamental chamado PROCAMPO foi criado em 2009 disponibilizando licenciaturas em educação do campo e quilombolas para formação de professores específicos na área. O processo de interiorização das universidades, e criação de cursos voltados para a educação do campo tencionam a realidade encontrada e passa-se a dizer coisas sobre o assunto.

\* Dados parciais, ofertados gentilmente pela organização do evento. Os anais ainda não foram publicados.

	Necessidades educ. específicas	Gênero	Raça/Etnia	Religião	Educ. do Campo	Indígena
I ENEBIO 2006	3	-	-	-	-	-
II ENEBIO 2008	3	1	-	2	-	-
III ENEBIO 2010	3	1	1	-	1	3
IV ENEBIO 2012	4	2	1	2	1	-
V ENEBIO 2014	13	5	6	3	4	3
VI ENEBIO 2016 <sup>†</sup>	12 + 3	19	2 – 1	3	11 – 2	2 + 1
VII ENEBIO 2018*	38	13	11	0	6	2
TOTAL	79	41	20	10	21	11

Tabela 02: Distribuição dos trabalhos considerando os assuntos específicos.

A instituição de políticas públicas sobre a Educação Especial, dando visibilidade ao tema, produz uma rede discursiva que perpassa também os espaços de pesquisa e divulgação de conhecimento. Acreditamos que a escolha do eixo para envio do trabalho reflete o foco principal a ser discutido. Por isso, na tabela 03, separamos os trabalhos por eixo não-específico. Relacionamos o predomínio do eixo “Relações entre Educação, Ciências e Culturas” com o número elevado de produções sobre gênero; raça/etnia. Já nos eixos “Formação de professores; Estratégias didáticas; Processos de Ensino-Aprendizagem” abrange prioritariamente os trabalhos que falam sobre as necessidades educacionais específicas. Mas ressaltamos que uma produção não é fechada em seu eixo, ela sempre perpassa por outros, pois eles só se separam artificialmente.

Eixos temáticos	II ENEBIO 2008	III ENEBIO 2010	IV ENEBIO 2012	V ENEBIO 2014	VI ENEBIO 2016 <sup>‡</sup>	Total
História e Filosofia da Ciência	2	-	-	-	4	6
Formação de Professores	1	1	6	5	7	20
Estratégias didáticas	1	1	2	7	2	13
Educação, Ciências e Culturas	2	2	2	12	10	28
Ensino-Aprendizagem	-	4	-	7	-	11

<sup>†</sup> Os de cor cinza correspondem aos eixos específicos apresentados pela edição do evento. Somamos os trabalhos apresentados no evento sobre a temática, mas que estavam em outros eixos. Subtraímos os que consideramos que estavam equivocadamente nos eixos para o qual foram submetidos. Exemplo: trabalho sobre aulas de campo no eixo Educação no Campo.

<sup>‡</sup> Embora conte com eixos específicos, os autores optaram por alocar em outros eixos, motivados talvez pela ênfase que é dada no texto.

Currículo	-	-	-	2	-	2
Políticas Públicas	-	-	-	1	1	2
Divulgação científica	-	-	-	-	1	1

Tabela 03: Distribuição dos trabalhos analisados pelos eixos temáticos não específicos

O conceito de diversidade é pensado usualmente como uma celebração daquilo que chamamos de diferença, respeito, tolerância. A questão é que há uma busca por uma essência. Um ‘ser’ da diversidade, que no fundo não existe, porque identidade fixa e imutável também não existe. Assim entender a identidade dessa forma é entender que não somos constituídos a partir da igualdade, e principalmente, que “a identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada” (SILVA, 2000, p. 97).

Segundo Woodward (2000), os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. É neste momento que os trabalhos elencam a necessidade da constituição de leis e espaços que promovam a homogeneização. Sem cair na tentação de discutir a intencionalidade desse tipo de discurso, ele nos mostra que é preciso ‘ser’ alguém que ‘eles’ (os anormais) não somos. Criando assim uma distinção, ou melhor, uma demarcação de fronteiras.

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence e sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteira, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. [...] Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõe e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (SILVA, 2000, p. 82).

Neste contexto, é possível dizer que a escola também produz o efeito formador de uma identidade, seja ela étnica, de gênero ou cultural (LOURO, 1997). A busca de uma identidade escolar também é uma busca por uma identidade dentro da diversidade, por uma padronização dos indivíduos. É lá que pretensamente uma ‘identidade’ é construída e, sobretudo, imposta. O problema está justamente no discurso que promove, por incrível que pareça não a diferença, mas a igualdade, pois ao fazer isso há uma busca por uma equivalência que não existe, um padrão que seria o ideal. Há, sobretudo, a busca de uma diversidade a ser perseguida, sustentada pela noção de homogeneidade (ou homogeneização) cultural.

Por fim, outro ponto importante. Sabemos que a biologia não considera a existência de raças para o gênero *Homo sapiens*, mas mesmo assim usamos corriqueiramente no meio social e científico. Lembramos que *eugenia* (do grego “bem nascido”) foi deslocada para o discurso biológico pelo cientista britânico Francis Galton em 1883, a fim de

designar a ciência da melhoria da linhagem, [...] que particularmente no caso do homem, ocupasse de todas as influências susceptíveis de conferir as raças melhor dotadas um melhor número de oportunidades de prevalecer sobre as raças menos dotadas (GALTON *apud* JAPIASSU, 1999).

Aqui, embora sem a validação da biologia, a sociedade continua a fazer uso do termo ‘raça’ fortemente subjetivados pela hierarquização. A escola também transmite um tipo de eugenia, que se traduz historicamente na exclusão do negro, do homossexual, dificultando a permanência na escola de ‘categorias’ consideradas diferentes e inferiores, justificadas em um suposto determinismo biológico. Embora não exista para a ciência, a raça demarca cada vez mais os lugares discursivos das ditas ‘minorias’.

Às políticas públicas cabe a generalização, mas não nos esqueçamos da singularidade e especificidade de uma sala de aula, das atividades educativas, de que cada aluno demanda um constante estranhamento do que nos chega. As experiências relatadas, os materiais didáticos produzidos, nos sirvam de inspiração, e não prisão. É que como foi discutido, as fronteiras que são demarcadas visando o caminho da igualdade, são as mesmas responsáveis pela separação dos diferentes.

## Referências

- BEZERRA, G F; ARAÚJO, D A C. Novas (re)configurações no Ministério da Educação: entre o fio de Ariadne e a mortalha de Penélope. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19 n. 56, 2014.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo – Procampo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18784-oferta-de-cursos-de-licenciatura-em-educacao-do-campo-procampo>
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SECADI, 2008.
- GRANATA, B C; HILLESHEIM, B; CAPPELLARI, A; COUTO, C R. A proliferação do discurso da inclusão: produção de sentidos nas diferentes áreas do conhecimento. Anais do 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, Canoas – Rio Grande do Sul, 2017. **Anais...**
- JAPIASSU, H. **As paixões da ciência**: estudos de história da ciência. São Paulo: Letras & Letras, 1999.
- LOURO, G. L.. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ROSA, S M; GARRÉ, B H. Discurso pedagógico inclusivo: um olhar sobre as estratégias de normalização a partir do artefato “ciranda das diferenças”. Anais do 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação, Canoas – Rio Grande do Sul, 2017. **Anais...**
- SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da. (org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VEIGA-NETO, A. Incluir para saber. Saber para excluir. **Revista Pro-posições**, v.12, n. 2-3, p. 22-31, 2001.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da. (org). **Identidade e diferença** – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.